



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MINISTÉRIO PÚBLICO

UNIDADE DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO

Procedimento nº **00677.000.303/2023** — Procedimento de Gestão Administrativa

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº XXX/2023

O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, por intermédio da PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, órgão administrativo do MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, inscrito no CNPJ sob n.º 93.802.833/0001-57, com sede nesta Capital, na Rua Gen. Andrade Neves, n.º 106, bairro Centro, CEP n.º 90.010-210, por seu representante legal, o Diretor-Geral, como CONTRATANTE, e XXX XXXXXXXXXXXX XX, inscrita no CNPJ sob n.º XX.XXX.XXX /XXXX-XX, com sede em XXXXX/XX, na XXXXXXXXXXXX, n.º XXX, bairro XXXXXXXXXXXX, CEP n.º XX.XXX-XXX, telefone (XX) XXXX XXXX, e-mail: xxxxxxxxx@xxxxxxxx.xx.xx, por seu representante legal, conforme xxxx xxxxxxxxxxxxxxxx (atos constitutivos da empresa ou procuração juntada aos autos), como CONTRATADA, celebram o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, em observância ao resultado da Dispensa de Licitação com Disputa Eletrônica de Preços, pois dispensável o procedimento licitatório, conforme Procedimento Administrativo n.º 00677.000.303/2023, ao amparo do artigo 24, inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/93, sujeitando-se, além do diploma legal acima referido e suas alterações, ao termo de referência e à proposta apresentada pela CONTRATADA, os quais são parte integrante deste instrumento, nos termos e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

É objeto deste contrato a prestação de serviços de análise da qualidade do ar, em ambientes climatizados no prédio da Sede Institucional do Ministério Público Estado do Rio Grande do Sul- MPRS.



CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO QUE ANTECEDE O INÍCIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

2.1 A CONTRATADA deverá apresentar em até 15 (quinze) dias após a publicação da súmula do presente contrato:

2.1.1 Anotação de responsabilidade técnica, paga e com todos os campos pertinentes preenchidos, assinada pelo respectivo responsável técnico, com registro nos seguintes órgãos de classe e relativo às seguintes áreas (ambas):

2.1.1.1 Química: profissional com registro no CREA, CRQ ou CRF.

2.1.1.2 Biológica: profissional com registro no CRBio, CRF ou CRBM.

2.2 Conforme descrito no item 2.1.1, será aceita apenas uma anotação de responsabilidade técnica somente se o profissional responsável tiver registro no CRF.

2.3 Após conferir a documentação, o setor demandante emitirá a Autorização de Serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Os serviços de análise da qualidade do ar deverão ser realizados em conformidade com a Resolução nº 9 da ANVISA, de 16 de janeiro de 2003, segundo a Norma Técnica 01 (análise de bioaerosol), Norma Técnica 02 (concentração de dióxido de carbono), Norma Técnica 03 (temperatura, umidade e velocidade do ar) e Norma Técnica 04 (concentração de aerodispersóides), inclusive no que tange às normas técnicas da ABNT.



CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 A CONTRATADA deverá analisar um total de 110 (cento e dez) amostras, sendo as coletas realizadas em duas etapas, com intervalo de aproximadamente 180 (cento e oitenta) dias, nos prédios localizados na Avenida Aureliano de Figueiredo Pinto nº 80, bairro Praia de Belas, Porto Alegre/RS.

4.1.1 Cada etapa realizada abrangerá a análise de 53 (cinquenta e três) amostras individuais, colhidas em ambientes climatizados indicados pela fiscalização, e 02 (duas) amostras do ar exterior para fins de comparação.

4.2 A CONTRATADA deverá colher as amostras nos locais indicados pela fiscalização, devendo agendar as visitas com uma antecedência mínima de 07 (sete) dias, observando a conveniência da CONTRATANTE.

4.3 A CONTRATADA deverá fornecer relatório analítico e conclusivo para cada uma das etapas e, caso os valores máximos de referência tenham sido ultrapassados, indicará as medidas necessárias para correção.

4.3.1 O relatório deverá conter as análises individuais das amostras, bem como tabela resumo identificando todos os pavimentos e respectivos resultados para cada norma técnica (01, 02, 03 e 04), devendo ser o mesmo encaminhado em formato digital para a fiscalização do contrato.

4.4 O prazo de entrega final de cada etapa é de 30 (trinta) dias após o recebimento da autorização de início dos serviços da respectiva etapa.

4.5 O relatório deverá estar assinado pelo responsável técnico pelo processo de análises.



4.6 Após o prazo de 03 (três) dias do recebimento do relatório de cada etapa, a CONTRATANTE emitirá o Termo de Recebimento Provisório e procederá com a análise das condições contratuais e possíveis inconsistências encontradas, solicitando à CONTRATADA as adequações necessárias.

4.6.1 Estando os serviços em conformidade, no prazo de 15 (quinze) dias, será emitido o Termo de Recebimento Definitivo da respectiva etapa.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

5.1 O valor total do presente contrato é de R\$ XXXX (XXXX).

5.1.1 O pagamento será realizado em 02 (duas) parcelas, no montante de 50% (cinquenta por cento) do valor total do contrato ao final de cada etapa.

5.2 Os preços são considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), e qualquer despesa, acessória e/ou necessária que venham a incidir sobre a execução do contrato, entre elas o transporte de materiais e deslocamento de pessoal até o local de coleta, bem como com as despesas referentes às análises e à emissão do relatório.

5.3 O pagamento dar-se-á no 15º (décimo quinto) dia após a protocolização da nota fiscal da respectiva etapa.

5.4 O documento fiscal deverá ser apresentado, eletronicamente, após a emissão do termo de recebimento definitivo, ao servidor responsável pela fiscalização do contrato, pelo e-mail: *controle@mprs.mp.br*, juntamente com as seguintes certidões negativas:



- CND de débitos trabalhistas;
- CND de regularidade do FGTS;
- CND negativa de débitos Municipais;
- CND negativa de débitos Estaduais;
- CND negativa de débitos Federais.

5.4.1 Não será autorizado o pagamento enquanto não tiver recebido as certidões negativas de débitos supracitadas e os relatórios das análises realizadas.

5.5 O pagamento será efetuado por meio de depósito em conta corrente e todas as despesas decorrentes de impostos, taxas, contribuições ou outras serão suportadas pela CONTRATADA.

5.6 Haverá, se for o caso, a retenção de tributos na forma da legislação em vigor, devendo a Nota Fiscal destacar os valores correspondentes.

5.7 Por ocasião da quitação da primeira fatura, e sempre que o Gestor solicitar, a CONTRATADA deverá apresentar, para permitir a retenção do ISS, se for o caso, os seguintes documentos:

- a) comprovante de cadastro no Município em favor do qual será recolhido o imposto;
- b) legislação tributária do Município onde ocorrer o fato gerador do tributo, contendo a respectiva alíquota e base de cálculo de ISS.



5.7.1 Caso não seja possível atender ao disposto no item 5.7, por se tratar de contribuinte imune, isento ou dispensado do recolhimento de ISS, a CONTRATADA deverá comprovar tal característica especial mediante a apresentação de documento hábil.

5.8 Havendo erros ou omissões na documentação de pagamento, a CONTRATADA será notificada, com a exposição de todas as falhas verificadas, para que proceda as correções necessárias. Nesse caso, o prazo para efetivação do pagamento será interrompido, reiniciando a contagem quando forem sanadas as irregularidades.

5.9 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

5.10 Transcorrido o período de 12 (doze) meses, a contar do mês da apresentação da proposta de preços, a CONTRATADA adquire o direito a ter seus preços reajustados anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE).

CLÁUSULA SEXTA - DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Os valores do presente contrato não pagos nas datas aqui previstas deverão ser corrigidos desde então até a data do efetivo pagamento, pelo IPCA, *pro rata die*, ou por outro que venha a substituí-lo.



CLÁUSULA SÉTIMA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

7.1 Dos Direitos:

Constitui direito da CONTRATANTE receber o objeto deste contrato nas condições avençadas, e, da CONTRATADA, receber o valor ajustado, na forma e no prazo convencionados.

7.2 Das Obrigações:

7.2.1 Constituem obrigações da CONTRATANTE:

a) efetuar o pagamento ajustado, no prazo e condições estabelecidos, desde que devidamente cumpridas as obrigações pela CONTRATADA;

b) propiciar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do ajuste; e

c) fiscalizar a execução do presente ajuste.

7.2.2 Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) prestar os serviços objeto deste contrato na forma ajustada e de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência;

b) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comunicando imediatamente à CONTRATANTE, toda e qualquer alteração que venha a ocorrer em relação a essas exigências;



c) assumir inteira responsabilidade pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente ajuste;

d) apresentar, durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas no presente ajuste, em especial, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais;

e) arcar com todas as responsabilidades referentes ao transporte de produtos químicos e instrumentos necessários;

f) respeitar rigorosamente todas as normas internas da CONTRATANTE, além das normas usuais de segurança e medicina do trabalho previstas pela legislação trabalhista e normas ambientais nacionais e estaduais;

g) permitir a fiscalização pela CONTRATANTE;

h) manter atualizado, durante toda a vigência contratual, a legislação de que trata a letra "b" do item 5.7 da cláusula quinta do ajuste ou o documento comprobatório de que trata o seu subitem 5.7.1;

i) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE;

j) não transferir a outrem, no todo ou em parte, os compromissos avençados;



k) manter atualizado o contrato social, bem como seus dados, especialmente endereço, telefone e e-mail, durante toda a vigência do ajuste, devendo comunicar imediatamente qualquer alteração.

CLÁUSULA OITAVA - DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Não haverá necessidade de apresentação, pela CONTRATADA, de programa de integridade.

CLÁUSULA NONA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

O objeto do presente contrato NÃO ENVOLVE tratamento de dados pessoais pela empresa CONTRATADA, em nome do CONTRATANTE, nos termos do que dispõe o disposto no artigo 5º, inciso VII, da Lei Federal n.º 13.709/2018.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA DO SERVIÇO

A CONTRATADA deverá oferecer garantia mínima de 01 (um) ano, a contar da data de emissão do relatório das análises.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, desde que haja interesse da CONTRATANTE, mediante a devida motivação.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1 Sem prejuízo da faculdade de rescisão contratual, a CONTRATANTE poderá aplicar sanções de natureza moratória e punitiva em desfavor da CONTRATADA, diante do não cumprimento das cláusulas contratuais.

12.2 Na forma do artigo 86 da Lei Federal n.º 8.666/93, a CONTRATADA, garantida a prévia defesa, ficará sujeita à multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor da requisição, por dia de atraso em que a CONTRATADA, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, até o máximo de 20 (vinte) dias, sem prejuízo das demais penalidades previstas na mencionada Lei.

12.3 Na forma do artigo 87 da Lei Federal n.º 8.666/93, o descumprimento, no todo ou em parte, das obrigações estabelecidas neste contrato, sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, mediante publicação no Diário Eletrônico deste Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul:

- a) advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido;
- b) multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, sem prejuízo das demais penalidades legais;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por até 02 (dois) anos;



d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Estadual.

12.4 A multa acima dobrará em caso de reincidência, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual.

12.5 Em caso de inexecução total do objeto, a CONTRATADA fica sujeita à multa de, no máximo, 30% (trinta por cento) do valor total do contrato.

12.6 As penalidades previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso de multa, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, garantida a ampla defesa e o contraditório.

12.7 O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.

12.8 As notificações expedidas pela CONTRATANTE para a apresentação de defesa prévia e recurso serão formalizadas por meio de correspondência eletrônica e, se restar infrutífera, serão efetuadas por ofício entregues na sede da CONTRATADA.

12.8.1 Caso a CONTRATANTE não obtenha êxito quanto à entrega e ao recebimento por parte da CONTRATADA, haverá publicação da notificação no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul para todos os fins contratuais e legais.

12.9 A aplicação de sanções não exime a CONTRATADA da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que venha a causar à CONTRATANTE.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

13.1 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE nos casos de rescisão previstos nos artigos 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/93.

13.2 Poderão ser motivo de rescisão contratual as hipóteses elencadas no art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93.

13.3 A rescisão poderá ser unilateral, amigável ou judicial, nos termos e condições previstos no artigo 79 da Lei Federal n.º 8.666/93.

13.3.1 No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1 A CONTRATADA declara, expressamente, que tem pleno conhecimento das obrigações que fazem parte deste contrato, bem como do local e da forma de prestação dos serviços.

14.2 Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA de suas responsabilidades, nem implicará aceitação definitiva do objeto.

14.3 Qualquer tolerância da CONTRATANTE, quanto a eventuais infrações contratuais, não implicará renúncia a direitos e não pode ser entendida como aceitação, novação ou precedente.



14.4 Todas as comunicações relativas a este contrato serão consideradas como regularmente feitas se entregues por carta protocolada no endereço da sede da CONTRATADA ou e-mail (correio eletrônico, com a correspondente confirmação leitura/recebimento).

14.4.1 Não sendo a CONTRATADA localizada por mudança de endereço, sem aviso à CONTRATANTE, as intimações e demais comunicações serão realizadas por publicação no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

14.5 Considerando a necessidade de publicidade e transparência dos atos praticados pela Administração Pública, bem como, de outra parte, as restrições impostas pela Lei Geral de Proteção de dados, o Ministério Público somente exige para a formalização e execução da contratação os documentos e dados minimamente necessários.

14.6 Todos os dados e documentos apresentados e/ou exigidos para a contratação serão disponibilizados integralmente para consulta no site do Ministério Público e, em alguns casos, em Portais Públicos.

14.7 A apresentação de documentos fora daqueles exigidos são de responsabilidade da própria contratada, porquanto entregues por sua exclusiva liberalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal n.º 8.666/1993, na Lei Federal n.º 10.520/2002 e demais normas aplicáveis.



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

16.1 A designação do gestor, fiscal e seus substitutos será determinada por meio de termo a ser publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

16.2 As providências e atribuições dos agentes designados seguirão as diretrizes do Provimento n.º 05/2023-PGJ.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste ajuste é de 12 (doze) meses, a contar do dia útil seguinte ao de sua disponibilização resumida no Diário Eletrônico do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão por conta da Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Subprojeto 00001, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3968.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre, neste Estado, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pelo presente contrato.

E por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente eletronicamente.

Porto Alegre, na data da sua assinatura eletrônica.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MINISTÉRIO PÚBLICO

UNIDADE DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO

Procedimento nº **00677.000.303/2023** — Procedimento de Gestão Administrativa
